

## 1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), abrangendo voz, dados móveis (internet) e SMS, com fornecimento de chips (SIM Card/e-SIM) e aparelhos celulares (smartphones) em regime de comodato, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, conforme especificações abaixo:

GRUPO 01 - UNICO							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UNID	QUANT. APARELHO S	QTD 12 MESE S	QTD 30 MESE S	VALOR UNIT. ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	<b>Pacote Móvel Tipo 01:</b> Franquia 15GB + Ligações/SMS ilimitados + WhatsApp (texto/voz) ilimitado + Gestor Online. Inclui Smartphone Android Intermediário (Ref. Galaxy A36 ou superior).	UNID.	325	3900	9750	302,30	2.947.425,00
2	<b>Pacote Móvel Tipo 02:</b> Franquia 20GB + Ligações/SMS ilimitados + WhatsApp (texto/voz) ilimitado + Gestor Online. Inclui Smartphone Android Premium (Ref. Galaxy S25 ou superior).	UNID	19	228	570	863,88	495.867,12
3	<b>Roaming Internacional:</b> Diária de dados sob demanda (500 MB/dia).	Diária	510	204	510	43,08	21.970,80

## 1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS MÍNIMOS

Para evitar contradições, os requisitos técnicos dos serviços e dos equipamentos estão consolidados na tabela abaixo:

### A) Requisitos dos Serviços (Comuns aos Itens 01 e 02)

- **Tecnologia:** 4G e 5G (onde disponível).
- **Voz:** Chamadas ilimitadas para fixo e móvel de qualquer operadora nacional (VC1, VC2, VC3).
- **Mensageria:** SMS ilimitado e WhatsApp ilimitado (não descontado da franquia de dados).
- **Gestão:** Acesso a portal de gestão online para monitoramento de consumo.
- **Qualidade:** Deve seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia móvel (SMP) presentes no Regulamento de Gestão da Qualidade (RGQ-SMP) da Anatel - Resolução nº 717/2019 ou mais atual.

### B) Especificações dos Smartphones (Comodato)

Atributo	Smartphone Tipo 01 (Item 1)	Smartphone Tipo 02 (Item 2)
<b>Sistema Operacional</b>	Android 15 ou superior	Android 15 ou superior
<b>Processador</b>	Octa-Core (Mín. 2.2 GHz)	Octa-Core (Mín. 3.5 GHz)
<b>Memória RAM</b>	8 GB	8 GB ou superior
<b>Armazenamento</b>	256 GB	256 GB ou superior
<b>Tela</b>	Super AMOLED 6.7" (FHD+)	Dynamic AMOLED 2X 6.2" (120Hz)
<b>Câmeras Traseiras</b>	50 MP + 8 MP + 5 MP	50 MP + 10 MP + 12 MP
<b>Grau de Proteção</b>	IP67 (água e poeira)	IP68 (água e poeira)
<b>Bateria / Carga</b>	5.000 mAh	Compatível com carregamento 25W
<b>Conectividade</b>	Wi-Fi 6E, BT 5.3, NFC, USB-C	Wi-Fi 7, BT 5.4, NFC, USB-C
<b>Acessórios Incluídos</b>	Carregador Bivolt, Cabo e Extrator	Carregador Bivolt, Cabo e Extrator

1.3. A contratada será responsável pela entrega física dos aparelhos e chips em suas configurações de fábrica, incluindo todos os custos relativos à logística. A ativação das linhas será realizada pela contratada mediante solicitação do fiscal do contrato. Fica sob responsabilidade do contratante a inserção dos chips nos aparelhos fornecidos, depois da liberação da habilitação pela contratada..

1.4. Padrões mínimos de qualidade: Todos os serviços e equipamentos deverão atender a padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança, em conformidade com as normas da ANATEL e demais regulamentos aplicáveis ao Serviço Móvel Pessoal (SMP). Os aparelhos deverão ser novos, originais, homologados e compatíveis com as tecnologias de rede disponíveis.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por mais 30 (trinta) meses até atingir a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. Quando da renovação, a cada 30 (trinta) meses, os aparelhos em comodato deverão ser todos substituídos, e o custo referente ao comodato dos aparelhos deve ser reconsiderado por meio de índices próprios do setor de telecomunicações, tal como o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

1.7. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que possui natureza de necessidade contínua e permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa conforme o Estudo Técnico Preliminar ;

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

*O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:*

I) ID PCA no PNCP: 04034872000121-0-000006/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 29/01/2025;

III) Id do item no PCA: 1;

IV) Classe/Grupo: 460.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

#### **3.1. Característica do serviço de telefonia móvel pessoal:**

3.1.1. O serviço móvel pessoal (SMP) inclui a disponibilização pela CONTRATADA de 1 (um) aparelho smartphone novo de fábrica por linha CONTRATADA em regime de comodato.

3.1.2. A CONTRATADA deverá fornecer em regime de comodato os aparelhos conforme as especificações técnicas contidas no item1, que devesse ser considerada como parâmetro mínimo de referência técnica para a escolha do aparelho, não impedito a CONTRATADA de ofertar modelos superiores.

3.1.3. O **fornecimento dos aparelhos** será efetivada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da solicitação da CONTRATANTE, podendo ser prorrogada por igual período desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE;

3.1.4. Todos os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, preferencialmente, no idioma português, falado e escrito no Brasil, compreendendo manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

3.1.5. A contratada deverá fornecer aparelhos com garantia mínima de um ano pelo fabricante, a qual será acionada pela CONTRATANTE para corrigir defeitos ou realizar a substituição do aparelho que não sejam ocasionados por mau uso;

3.1.6. Para este processo não serão aceitos aparelhos com restrições de segurança emitidas por órgãos reguladores de aviação civil ou ANATEL

3.1.7. Os dispositivos de comunicação deverão ser habilitados com serviços de dados com franquias mínimas estabelecidas nas especificações do serviço, incluindo a assinatura de provedor de acesso à Internet, com garantia de Taxa de Transmissão Instantânea nominal mínima de 40% (quarenta por cento) da velocidade de 1 Mbps para 3G, 4 Mbps para 4G e a velocidade disponível na área local nos casos de 2G, sempre obedecendo as normativas da ANATEL;

3.1.8. O serviço de roaming nacional deverá ocorrer de forma automática e sem a necessidade de habilitação do acesso móvel ou de qualquer outro equipamento, em todo o território nacional.

3.1.9. A CONTRATADA deverá Disponibilizar o SERVIÇO DE GERENCIAMENTO de forma a permitir que o TJAC mantenha o controle de seus gastos, em todos os tipos de ligações.

3.1.10. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 1 SLTI/MPOG, de 19/01/2010;

3.1.11. Os serviços relacionados a seguir deverão ser prestados sem ônus para a CONTRATANTE:

3.1.11.1. Habilitação das linhas móveis;

3.1.11.2. Escolha ou troca de número;

3.1.11.3. Portabilidade;

3.1.11.4. Custo de sindicância e ligações provenientes de clonagem da linha celular;

3.1.11.5. Facilidades de identificador de chamadas, transferência temporária de chamada (siga-me, neste caso não haverá gestão sobre as ligações nesse serviço), conferência, chamada em espera, não perturbe e ocultação do número da linha no identificador de chamadas do telefone de destino;

3.1.11.6. Bloqueio por extravio ou roubo e cancelamento da linha;

3.1.11.7. Reativação de número de linha;

3.1.11.8. Serviço de caixa eletrônica de mensagens (secretária eletrônica);

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Preferência por equipamentos com certificação de eficiência energética ou selos equivalentes;

4.1.2. Logística reversa: Política formal de recolhimento e descarte de aparelhos, baterias, chips e acessórios, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

4.1.3. Reciclagem e descarte responsável: Procedimentos ambientalmente corretos para destinação de resíduos eletrônicos, inclusive de smartphones iPhone. a comprovação deverá ser realizada por meio de documentos ou declaração do fabricante;

4.1.4. Certificações técnicas: Homologação dos equipamentos junto à ANATEL;

4.1.5. Conformidade eletromagnética: Atendimento às normas técnicas de compatibilidade eletromagnética, conforme padrões técnicos nacionais e internacionais aplicáveis;

4.1.6. Sustentabilidade na produção: Adoção de práticas produtivas ambientalmente responsáveis, conforme legislação vigente.

4.1.7. Uso de Embalagens sustentáveis;

4.1.8. Adoção de medidas para mitigação de emissões e consumo de recursos naturais.

### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o

Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia dentro do prazo determinado, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. 4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do

termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.11.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.11.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.12.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.12.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Requisitos de Implantação**

4.17. São requisitos de implantação:

4.18.1 A CONTRATADA deverá promover as adequações e fornecer os SIM CARDS ou E-SIM, além de smartphones, nos endereços informados pelos licitantes, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.19.2. Os produtos devem ser fornecidos incluindo todos os aplicativos e ferramentas da oferta padrão do FABRICANTE, não podendo a CONTRATADA excluir e/ou alterar qualquer item da oferta padrão.

4.20.3. Por oportunidade e conveniência, é facultado a CONTRATANTE a solicitação da portabilidade de linhas já existentes da CONTRATANTE.

### **Requisitos De Negócio**

4.21. A contratação deverá atender os seguintes requisitos de negócio:

4.21.1 O serviço telefônico móvel na modalidade Local deve compreender a realização de chamadas locais de telefones móveis para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas.

4.21.2 Os serviços de telefonia devem contemplar as modalidades longa distância, além do serviço de Roaming nacional e internacional.

4.21.3 Deve ser minimizado o Downtime de migração entre as soluções.

4.21.4 Não pode haver dependência de tecnologias proprietárias ou de determinados fabricantes e equipamentos.

4.21.5 A solução proposta deve ser comum de mercado e apta a ser fornecida por diferentes prestadores de serviço do ramo.

4.21.6. Os serviços telefônicos existentes devem ser migrados assegurando-se os mesmos identificadores de números telefônicos.

4.21.7. Os serviços devem estar disponíveis em diferentes regiões do Brasil.

### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços da CONTRATADA ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

4.23. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE;

### **Requisitos Tecnológicos**

4.27. Tecnologia de Chips

4.27.1. Os chips (SIM Cards ou E-SIM) deverão ser habilitados com serviços de dados com franquias mínimas estabelecidas nas especificações do serviço, incluindo a assinatura de provedor de acesso à Internet, com garantia de Taxa de Transmissão Instantânea nominal mínima de 40% (quarenta por cento) da velocidade de 1 Mbps para 3G, 4 Mbps para 4G e a velocidade disponível na área local nos casos de 2G, sempre obedecendo as normativas da ANATEL.

4.27.2.1. A CONTRATANTE deverá informar, no momento do envio da Ordem de Serviço (OS), o tipo de chip, se SIM Card ou e-SIM.

4.27.2.2. Para itens da contratação em comodato, a escolha do tipo de chip, se SIM Card ou e-SIM está condicionada à compatibilidade do aparelho fornecido pela CONTRATADA.

4.27.2.4. Alterações entre tipos de tecnologia de chips (SIM Card ou e-SIM) posteriores poderão ser feitas, pois os custos decorrentes da troca estão embutidos no serviço prestado ao órgão CONTRATANTE.

4.27.3. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE os procedimentos de ativação do e-SIM.

4.27.4. A CONTRATADA deverá fornecer um quantitativo de SIM CARDS extras equivalente a **5% (cinco por cento)** do total de unidades contratadas dos itens 1, 2 e 3, como reserva técnica para reposição imediata em casos de ocorrência de defeito.

#### 4.28. Roaming Nacional e Internacional de Dados

4.28.1. O serviço de Roaming Nacional de Dados deverá estar **habilitado automaticamente para todos os usuários**, como padrão de uso, **não sendo necessária qualquer solicitação, ativação prévia ou abertura de chamado** por parte da CONTRATANTE junto à central de atendimento da operadora.

4.28.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar o serviço de roaming de dados de forma contínua e automática, permitindo a utilização imediata sempre que o usuário estiver em área de cobertura nacional ou internacional, observadas as condições técnicas e regulatórias aplicáveis.

4.28.3. O serviço de Roaming Internacional de Dados deverá ser bloqueado para todos os usuários como padrão de uso, sendo habilitado quando solicitado pela CONTRATANTE, via abertura de chamado, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da abertura do chamado.

4.28.3.1. No caso de solicitação de ativação de roaming internacional pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ofertar o serviço, a ser cobrado porpor **diárias sob demanda**, sendo a cobrança realizada **exclusivamente nos dias em que houver efetiva utilização**, com franquia de **500 MB (quinhentos megabytes)**.

4.28.4. As cobranças referentes ao uso do roaming nacional e/ou internacional deverão ser **identificadas de forma individualizada na fatura**, discriminando os dias de utilização e os respectivos valores, garantindo transparência e controle à CONTRATANTE.

#### 4.29. Serviço de Gerenciamento em Geral

4.29.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a Portal Web ou aplicativo via Internet que permitirá à CONTRATANTE efetuar a gestão e controle de gastos de todas as suas linhas contratadas. Deverá ser possível no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- a. Permitir acesso ao portal ou aplicativo, mediante login com uso de senha pessoal para garantir que somente pessoas autorizadas tenham acesso aos serviços;
- b. Definir o perfil de utilização de cada linha; agrupar as linhas em centros de custos;



c. Definir limite de minutos por linha ou centro de custo;

4.29.2. Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.

## **Demais Requisitos**

4.30. O Serviço Móvel Pessoal (SMP) compreende o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis ou destas para outras redes de telecomunicações de interesse coletivo, além de serviços de valor agregado como mensageria, caixa postal e acesso à Internet, através dos dispositivos moveis em comodato.

4.31. O serviço de telefonia móvel, nas modalidades de **Longa Distância Nacional (LDN)** e **Longa Distância Internacional (LDI)**, será prestado sob a regulação do **Serviço Móvel Pessoal (SMP)**, conforme legislação da ANATEL.

4.32. A CONTRATADA deve seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia móvel (SMP) presentes no Regulamento de Gestão da Qualidade (RGQSMP) da Anatel Resolução nº 717/2019 ou mais atual.

4.33. Todos os equipamentos fornecidos em comodato deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

## **5. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)**

5.1. O Acordo de Nível de Serviço – **SLA (Service Level Agreement)** estabelece os **parâmetros mínimos de qualidade, desempenho, disponibilidade e prazos** que deverão ser observados pela **CONTRATADA** na prestação dos serviços de telefonia móvel, nos termos deste Termo de Referência e do contrato dele decorrente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. O SLA tem por objetivo assegurar a **eficiência, continuidade, confiabilidade e qualidade** dos serviços contratados, bem como permitir a **mensuração objetiva do desempenho** da CONTRATADA.

### **5.2. Indicadores de Nível de Serviço (KPIs)**

5.2.1. A CONTRATADA deverá atender, no mínimo, aos seguintes **Indicadores de Nível de Serviço (KPIs)**:

- a) **Disponibilidade do serviço**: mínimo de 95% (mensal);
- b) **Prazo para ativação de linhas**: até 24 horas;
- c) **Prazo para atendimento inicial de chamados**: até 24 horas;
- d) **Prazo para solução de falhas**: até 72 horas, conforme criticidade;
- e) **Qualidade do serviço de dados**: velocidade e estabilidade compatíveis com a tecnologia contratada (3G, 4G, 5G).

5.2.2. Os indicadores deverão ser mensuráveis, verificáveis e auditáveis, devendo ser apresentados informações e/ou relatórios caso requeridos pela CONTRATADA.

### 5.3. Atendimento e Suporte Técnico

5.3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar **central de atendimento e suporte técnico**, em regime de **24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para registro, acompanhamento e encerramento de chamados.

5.3.2. Os chamados deverão receber número de protocolo, com registro da data, hora, descrição do problema e prazo estimado de solução.

5.3.3. A CONTRATADA deverá responder formalmente as solicitações de falhas de serviços efetuadas pela CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.3.4. A CONTRATADA deverá emitir relatórios de falhas técnicas e interrupções de serviços sempre que solicitado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.3.5. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

### 5.4. Monitoramento, Medição e Relatórios

5.4.1. O cumprimento do SLA será acompanhado pela **fiscalização do contrato**, nos termos dos arts. 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.2. A CONTRATANTE poderá realizar auditorias, diligências e verificações técnicas.

### 5.5. Descumprimento do SLA e Penalidades

5.5.1. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste SLA ensejará a aplicação das **sanções administrativas previstas no contrato**, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, conforme os arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2. Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade e reincidência:

- advertência;
- glosa ou desconto proporcional na fatura;
- multa;
- demais sanções previstas em lei.

5.5.3. A aplicação de penalidades não exime a CONTRATADA da obrigação de **regularizar o serviço e corrigir as não conformidades** identificadas.

### 5.6. Revisão e Ajustes do SLA

5.6.1. Os níveis de serviço poderão ser revistos, mediante justificativa técnica e interesse público, por meio de **termo aditivo**, observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 5.7. Responsabilidade

5.7.1. A CONTRATADA é integralmente responsável pelo cumprimento do SLA, não podendo alegar falhas de terceiros, subcontratações ou limitações operacionais para eximir-se das obrigações assumidas.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

6.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato .

6.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

#### **Inicialização do contrato:**

6.1.2.1 Até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com a CONTRATADA com o objetivo de apresentar o preposto da CONTRATADA e nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços contratados.

6.1.2.2 O Gestor do contrato, com o apoio do Fiscal Técnico, encaminhará a Nota de Empenho e ordem de serviço à CONTRATADA.

6.1.2.4 Os equipamentos em comodato, que compõe o serviço, tais como o SIM CARDS e E-SIM, além de smartphones, devem ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, devendo a CONTRATADA observar a quantidade de aparelhos solicitadas na ocasião, a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.1.2.4.1. A entrega de aparelhos e a ativação das linhas é SOB DEMANDA.

6.1.2.4.1.1. Os aparelhos entregues sob demanda, durante a execução contratual, devem ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos prorrogáveis por igual período.

6.1.2.5 A ativação das linhas de dados e voz contratadas com aparelhos em comodato, deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega dos equipamentos, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

6.1.2.5.1. Após o consumo da franquia de dados, a contratada poderá reduzir a velocidade de comunicação de dados.

6.1.2.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.1.2.8 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

## **Devolução de Equipamentos:**

6.2. Ao término da vigência contratual, ou em caso de rescisão, a CONTRATADA terá o prazo de **60 (sessenta) dias corridos** para proceder à devolução dos aparelhos e acessórios recebidos em regime de comodato, livre de quaisquer ônus, salvo aqueles decorrentes do desgaste natural pelo uso.

## **Reserva Técnica**

6.3. A CONTRATADA deverá manter, sob sua responsabilidade e sem custos adicionais para a CONTRATADA, uma **reserva técnica de 5% (cinco por cento)** do quantitativo total de cada modelo de aparelho e chip (SIM Card) especificado.

6.3.1. A reserva técnica destina-se à substituição imediata de equipamentos que apresentarem defeitos ou para o atendimento de novas demandas urgentes, garantindo que o Tribunal não sofra interrupção nos serviços por falta de hardware.

## **Ciclo de Substituição e Evolução Tecnológica:**

6.4. Com o objetivo de evitar a obsolescência tecnológica, a CONTRATADA deverá realizar a **substituição integral dos aparelhos a cada 30 (trinta) meses** de uso efetivo, por modelos novos e de tecnologia igual ou superior.

6.4.1. Caso o modelo originalmente contratado tenha sido descontinuado ou esteja defasado, a Administração poderá optar pela migração para modelos de patamar tecnológico superior.

6.4.2. Na hipótese do item anterior, o Tribunal arcará com a **diferença de custo** apurada entre o valor de mercado do modelo original e o do novo modelo proposto, mediante a devida instrução processual e formalização de termo aditivo, conforme as regras de alteração contratual da Lei nº 14.133/2021.

## **Reajuste e Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

6.5. Os valores contratuais serão reajustados anualmente e poderão ser revistos para manter o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, conforme critérios, índices e prazos detalhados em **cláusula específica** deste Termo de Referência e do Instrumento Contratual, em estrita observância aos Arts. 92, IX, e 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto.

## **Preposto**

7.6. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato, conforme exigência contida no **Art. 118 da Lei nº 14.133/2021**, devendo designá-lo formalmente antes do início da prestação dos serviços, indicando os poderes e deveres em relação ao objeto contratado.

7.7. A manutenção do preposto pela Contratada **não exige sua presença física obrigatória** nas dependências da Administração, podendo o acompanhamento ser realizado de forma **remota (online)**, desde que o profissional esteja permanentemente apto a responder às solicitações da Contratante e possua autonomia para a tomada de decisões imediatas relativas à execução contratual.

7.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada deverá designar outro representante para o exercício da atividade no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **Fiscalização**

7.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme abaixo:

FISCAL TÉCNICO: Isaura Antônia Torres de Souza - SUGEM.

FISCAL ADMINISTRATIVO: Cleilson Laurentino Dos Santos - SUGEC.

GESTORA: Patrícia Betiolo - SUGEM.

## **Fiscalização Técnica**

7.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras,

se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

1.2. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada quando da formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

1.3. Caso ocorra descumprimento das condições de habilitação, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Avaliação por Desempenho (IMR)

A avaliação da execução do objeto será realizada mensalmente mediante a aplicação do **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, com base em indicadores objetivos de desempenho, qualidade e nível de serviço. O IMR tem por finalidade aferir a qualidade da prestação dos serviços; mensurar o desempenho da CONTRATADA; subsidiar o dimensionamento do pagamento mensal e garantir a aderência aos níveis mínimos de serviço estabelecidos.

### 8.2. Metodologia de Avaliação

A avaliação será realizada com base em indicadores mensuráveis, verificáveis e auditáveis, apurados a partir de relatórios da CONTRATADA, registros da fiscalização contratual e evidências documentais e sistemas de controle.

### 8.3. Matriz de Indicadores (IMR)

#### IMR 1 – Disponibilidade do Serviço (Percepção do Usuário)

Avalia a continuidade e qualidade do serviço de telefonia móvel com base na **experiência real dos usuários**, considerando a ausência de falhas relevantes que comprometam a utilização do serviço.

**Fórmula:** Disponibilidade (%) = (Linhas ativas no mês /linhas com falhas relevantes Tempo total) x 100

**Meta:** 95% das linhas operacionais no mês

**Glosa:**

Resultado	Penalidade
95%	Sem glosa
90% a 94,99%	2% da fatura
85% a 89,99%	5% da fatura
< 85%	10% da fatura

#### IMR 2 – Ativação de Linhas

**Meta:** até 24 horas

**Glosa:**

Resultado	Penalidade
24horas	Sem glosa
Até 48 horas	1% da fatura, por ocorrência
Atraso superior a 48 horas	3% da fatura, por ocorrência

#### IMR 3 – Entrega de Aparelhos

**Meta:** até 15 dias corridos

**Glosa:**

Resultado	Penalidade
15 dias	Sem glosa
Atraso até 5 dias	1% da fatura, por ocorrência
Atraso superior	5% da fatura, por ocorrência

#### IMR 4 – Substituição de Aparelhos

**Meta:** até 5 dias úteis

**Glosa:**

Resultado	Penalidade
5 dias	Sem glosa
Atraso até 3 dias	1% da fatura, por ocorrência
Atraso superior	3% da fatura, por ocorrência

#### IMR 5 – Atendimento a Chamados

**Meta:** resposta em até 24 horas

**Glosa:** atraso 1% por chamado

#### IMR 6 – Solução de Falhas

**Meta:** até 72 horas

**Glosa:**

Resultado	Penalidade
72 horas	Sem glosa
Atraso até 48 horas	2% da fatura
Atraso superior	5% da fatura

#### IMR 7 – Qualidade do Serviço de Dados

**Indicador:** percentual de reclamações procedentes

**Glosa:**

Resultado	Penalidade
5%	Sem glosa
5% a 10%	2%
> 10%	5%

#### IMR 8 – Acurácia do Faturamento

**Meta:** 100% correto

**Glosa:**

Situação	Penalidade
Sem erro	Sem glosa
Até 1% erro	Correção
> 1% erro	2% da fatura

#### IMR 9 – Reserva Técnica de Aparelhos



**Meta:** 5% do total contratado

**Glosa:** 1% da fatura por dia de descumprimento

#### 8.4. Cálculo do Desempenho

A nota final do IMR será apurada pela seguinte fórmula:

Nota Final = 100% % (percentual do Somatório das glosas).

A **Nota Final do IMR** é um **índice percentual de desempenho mensal da contratada**, que começa em **100% (desempenho perfeito)** e vai sendo reduzido conforme os erros/falhas (glosas)

#### 8.5. Impacto no Pagamento

O pagamento mensal será ajustado conforme o desempenho:

Nota IMR	Percentual de Pagamento
95%	100%
90% a 94%	95%
80% a 89%	90%
< 80%	até 85%

#### 8.6. Glosa Técnica

O descumprimento dos indicadores implicará na glosa automática na fatura, registro no histórico contratual e na possível aplicação de sanções administrativas.

A glosa não afasta a aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### 8.7. Periodicidade

**Apuração:** mensal

**Consolidação:** pela fiscalização

**Validação:** gestor do contrato

#### 8.8. Transparência e Auditoria

A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios detalhados, permitir auditoria dos dados e apresentar evidências sempre que solicitado.

### 9. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**9.1. DO REAJUSTE (Índice Oficial):** Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 1 ano, contado da data de apresentação da proposta.

9.1.1. Após o interregno de 12 (doze) meses, os valores das assinaturas, serviços e parcelas de comodato serão reajustados mediante a aplicação do **IST (Índice de Serviços de Telecomunicações)**, ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme previsto no Art. 92, IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O reajuste será formalizado por simples apostilamento, conforme o Art. 132 da Nova Lei de Licitações, dispensando a celebração de termo aditivo, desde que observados os índices e prazos estabelecidos.

**9.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Revisão):** O contrato poderá ser revisto a qualquer tempo para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição

da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial (Art. 124, II, 'd', da Lei nº 14.133/2021).

9.2.1. A revisão (reequilíbrio) será admitida em caso de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

9.3. **DO REEQUILÍBRIO VINCULADO À EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA:** Sempre que houver a substituição de aparelhos por **evolução tecnológica** (conforme previsto na cláusula de Execução do Objeto), o valor mensal da parcela de comodato será repactuado para refletir o novo valor de mercado do hardware.

9.3.1. A diferença de valor decorrente do upgrade tecnológico será considerada uma alteração qualitativa/quantitativa e deverá ser formalizada por meio de **Termo Aditivo**, com a devida demonstração analítica de preços de mercado.

9.3.2. Uma vez atualizado o valor da parcela devido à troca tecnológica, este novo valor passará a ser a base de cálculo para os futuros reajustes anuais pelo índice oficial (IST).

9.4. **DA COMPROVAÇÃO:** Nos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deverá apresentar planilha de custos comparativa, comprovando o aumento efetivo dos insumos ou a variação extraordinária de preços que justifique a revisão, sob pena de indeferimento do pleito.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, modo aberto, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço item e agrupamento de itens.

10.1.1.1. O agrupamento de itens se faz necessário em razão de se tratar de materiais/serviços de mesma natureza, de modo a facilitar a competitividade dentro do grupo, uma vez que são trabalhos por ramos de atividades distintos mas amplamente comercializados no mercado local, o que não diminuirá a competitividade.

10.2. O regime de execução do contrato será continuado.

### Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Qualificação Técnica

10.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.4.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

## **Qualificação Técnico-Operacional**

10.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.6.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

10.7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

10.8. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.10. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.11. Outras exigências

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.465.262,92 (três milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos no Mapa de Preços.

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Programa de Trabalho: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Elemento de Despesa: [...];

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Data e assinaturas eletrônicas.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA LUENA PRADO MAIA**, Subsecretária em  
16/04/2026 às 12:59:06.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço  
<http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a  
chancela LBRA.ZHR5.WONT.WJVH